



NO PINTCHA

ORGÃO DO MINISTÉRIO DE INFORMAÇÃO E CULTURA

REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS: AVENIDA DO BRASIL, CENTRO DE IMPRENSA — TELEFONES: 3713/3726/3738 — BISSAU

CIMEIRA — MOÇAMBIQUE, ANGOLA, S. TOMÉ E PRÍNCIPE, CABO VERDE E GUINÉ-BISSAU

UNIDOS PARA MELHOR LUTAR



ACOLHIMENTO CALOROSO DA POPULAÇÃO DE BISSAU

A IV Conferência-Cimeira de Chefes de Estado dos «Cinco», inaugurada ontem de manhã nesta capital pelo General de Divisão João Bernardo Vieira, Secretário-Geral do PAIGC e Presidente do Conselho da Revolução, termina hoje com a adopção da declaração final contendo as principais decisões que visam o incremento das relações entre os nossos países.

O Presidente Nino Vieira, que dirige os trabalhos, tendo como vice-Presidente o Chefe de Estado santomense, Pinto da Costa, e como Relator o Marechal Samora Machel, afirmou tratar-se de uma reunião de Combatentes da Liberdade que buscam o bem-estar dos seus povos, em tradução que magistral do pensamento de Amílcar Cabral de «lutar para poder unir, unir para poder lutar melhor».

Por seu turno, Aristides Pereira (ao fazer balanço dos trabalhos realizados desde a Cimeira da Praia) e José Eduardo dos Santos agradeceram o acolhimento «caloroso e fraternal» dispensado pela população de Bissau e seus dirigentes, bem como os esforços do Governo em garantir as condições materiais indispensáveis à realização do importante fórum, o que deixa antever sucessos.

A Cimeira apreciou os relatórios do Ministro Coordenador cessante e do Ministro Coordenador da Conferência Ministerial Preparatória da IV Cimeira, auscultou informação geral sobre a situação em cada um dos países e procedeu à análise da situação internacional. A ordem do dia incluía ainda a discussão da data e local da próxima Cimeira e adopção da declaração final.

Os cinco Presidentes, que renderam homenagem a Amílcar Cabral e outros Heróis Nacionais, com a deposição de coroas de flores no Mausoléu da Amura, decidiram igualmente alargar a cooperação à área da Comunicação Social, para o qual se torna necessário criar os mecanismos indispensáveis ao seu incremento, à semelhança dos outros sectores.



Desenvolver centros turísticos

Por intermédio desta carta venho mais uma vez ocupar a coluna do nosso/voosso tri-semanário Nô Pintcha, destinado aos leitores para abordar um assunto que tem muito interesse por parte da população. Trata-se do turismo na nossa terra.

O turismo pode ter outro carácter se soubermos aproveitar muito bem os recantos da nossa terra, porque temos muitos locais que as populações desconhecem, por falta de condições.

De momento o único sítio que se pode frequentar é Bubaque porque tem condições necessárias e indispensáveis para se fazer turismo.

Mas além de Bubaque temos outros locais maravilhosos, como a Cusilntra, Saltinho, Varela e outros que se forem aproveitados talvez até sejam muito mais confortáveis.

Sem dúvida nenhuma de que as populações também gostam de descansar nas férias, fins de semana, mas as condições financeiras não permitem, porque tudo em Bubaque é caríssimo e um trabalhador simples não pode gozar as férias nesse lugar encantador.

Por outro lado, para essas zonas não há transporte para as populações, além disso o caminho está sempre estragado, e mesmo as condições de vida de lá não favorecem a ninguém. Uma pessoa que lá fosse teria de ir carregada de produtos necessários à sua alimentação.

É nesse contexto que acho que devem dar acesso a todos e tornar o turismo popular.

Para isso apelo às autoridades a velarem por esses locais que não têm infra-estruturas para receber os nossos trabalhadores em férias.

Entretanto é necessário que o Estado tome a iniciativa de desenvolver essas zonas (centros turísticos) para maior concentração de turistas.

NIKA MAGALHÃES

Para os "cinco": Criado no Maputo centro de saúde

Foi criado no Maputo um centro de desenvolvimento sanitário destinado aos quadros dos cinco países africanos de expressão oficial portuguesa, nomeadamente Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe.

Neste centro irão funcionar vários cursos entre os quais de planificação e gestão de programas de saúde para técnicos médios e universitários, demografia e estatística sanitária e epidemiologia, entre outros.

Num seminário que decorreu na capital moçambicana, em meados de Novembro passado, e que teve como objectivo tratar de problemas relacionados com a criação do referido centro, a Guiné-Bissau esteve representada pelo cama-

rada Fausto Mendes, director da Escola de Enfermagem «Fernando Cabral».

Segundo decisão do seminário, a cada país cabe definir as prioridades no que respeita à formação de quadros e que para as formações médias, os quadros a enviar para o centro deverão ter pelo menos nove anos de escolaridade e mais três de formação profissional, além de pelo menos dois anos de experiência.

Por outro lado, discutiu-se o aspecto ligado com o enquadramento e a classificação dos quadros após a formação. A este respeito o camarada Fausto Mendes indicou que os que forem admitidos com licenciatura, após um ano de formação seguido de um trabalho de

investigação, ficarão agrupados na categoria de mestrados enquanto que os de formação média terão a categoria de bacharéis. Igualmente todos os diplomas serão sancionados pela universidade de Maputo.

Também serão ministrados pequenos cursos de cinco semanas a seis meses, findo os quais os participantes obterão um certificado de frequência, devendo iniciar a partir de Setembro do próximo ano. Em 1985 iniciar-se-ão os cursos de longa duração.

Saliente-se que o financiamento desta escola coube a OMS (Organização Mundial de Saúde), com a participação do governo moçambicano. Os outros quatro países colaborarão com o envio de documentos de carácter sanitário.

Bafatá: Seminário da brigada sanitária

Terminou na cidade de Bafatá um seminário da brigada sanitária da JAAC naquela região. Este seminário que iniciou desde o passado 29 de Outubro destinou-se a fornecer aos semina-

ristas um conhecimento básico sobre os assuntos relacionados com a educação sanitária e política, visando o cabal cumprimento das tarefas que lhes foram incumbidas.

Recorde-se que o seminário foi orientado pelo camarada José Carlos Baldé, do CC da JAAC e Secretário regional do Departamento de Formação de Quadros.

Cacheu: URT elabora programa de acção

Sob a presidência do camarada Júlio Nhaga, membro do Conselho Nacional Provisório da UNTG e Secretário regional da nossa central sindical na Região de

Cacheu, realizou-se na semana passada uma reunião com os membros da comissão de verificação e controle, onde participaram todos os seus

Nessa reunião foram analisadas as actividades desenvolvidas pela estrutura regional durante o ano 83, elaboração de um

programa de acção para o próximo ano, política de sindicalização massiva de trabalhadores, reestruturação dos comités sindicais nos locais de

trabalho, nos sectores e nas bases, e possibilidade de organização de seminários de reciclagem sobre a importância do sindicato.

Responde o povo

"Ano de acção e não de palavras" - cumpriu?

Doze meses se passaram após o apelo lançado pelo camarada Presidente do Conselho da Revolução, Nino Vieira, de fazer de 1983 um «ano de acção e não de palavras».

De facto, se fizermos um balanço das tarefas realizadas tanto a nível do Partido e do Estado como a nível dos simples trabalhadores do campo ou da cidade, podemos dizer que foi de uma maneira geral positivo. O povo compreendeu a necessidade de aumentar a produção e a produtividade como única via de atingirmos os nossos objectivos: a independência económica.

A este respeito seguem-se as respostas de alguns populares.

DESEMPENHARAM CABALMENTE AS SUAS FUNÇÕES

Helder Semedo Cardoso, morador no Bairro Reno Gambeafada.

«Quanto a mim acho que a palavra de ordem lançada pelo Presidente

do Conselho da Revolução, Nino Vieira, realmente foi cumprida tanto pelo Partido, Estado, organizações de massas, como pela população em geral.

No que diz respeito ao Partido e Governo, desempenharam cabalmente as suas funções

em estreita colaboração, visto que o Estado é um espelho do Partido. É neste ano que se verificou a remodelação partidária e governamental, devido à irresponsabilidade de certas pessoas no desempenho das suas funções, desviando assim, os bens do Estado.

Ainda neste ano realizou-se a 2.ª Conferência do Partido nas F.A. R.P. e nas Forças de Segurança, onde foram tomadas importantes decisões contra a corrupção, divisionismo, nepotismo, tribalismo e desvios económicos etc.. No que diz respeito à JAAC, organizou uma marcha da paz, o encontro dos jovens campo-

neses, dos jovens quadros, conferência de zonas e pela primeira vez o seu congresso.

Quanto a UDEMU vimos que esta organização está a conquistar maiores vitórias dia a dia no processo da Reconstrução Nacional. Esta organização desenvolveu várias actividades ao longo deste ano, realizaram várias reuniões, estabeleceram vários contactos com as outras organizações femininas de outros países. A UNTG também trabalhou muito.

Para concluir vimos que o ano de acção e não de palavras foi cumprida cabalmente, vimos

a grande participação das massas populares em todas as actividades durante todo o ano».

FOI CUMPRIDA

Alberto Sanhá, estudante, 21 anos de idade.

«Quanto à palavra de ordem lançada pelo nosso Secretário-Geral, Camarada Nino Vieira acho que foi cumprida visto que a maioria dos sectores da vida nacional cumpriram as tarefas que lhes foram confiadas. Vimos qual foi o papel desempenhado pelas organizações de massas, as actividades levadas a cabo pelas mesmas, em resposta ao apelo lançado pelo nosso

Chefe de Estado. Assim, no quadro da realização do 1.º Congresso da J.A. A.C. organizaram-se vários encontros tanto com jovens da capital como os do interior. Houve um grande realce da parte da UDEMU e da UNTG.

Igualmente não é de esquecer que houve mudanças de Ministros, Secretários-Gerais e Directores-Gerais de alguns Ministérios. Tais medidas, tomadas pelo Camarada Kabi, Presidente do Conselho da Revolução, visavam pôr nos locais certos, as pessoas certas».



ta-feira passada pelo chefe do governo polaco, Wejciech Jaruzelski.

Em nome da Direcção do PAIGC e do Governo da Guiné-Bissau, o camarada Vasco Cabral apoiou, na ocasião, a política levada a cabo pelas autoridades polacas.

Saliente-se que a delegação do PAIGC conduzida pelo camarada Vasco Cabral, deixou Bissau desde passado dia 28 de Outubro, iniciando uma degressão aos países socialistas, nomeadamente à República Popular e Democrática da Coreia, União Soviética, Checoslováquia, RDA entre outros.

Vasco Cabral na Polónia

Na sequência da visita a vários países socialistas europeus, o camarada Vasco Cabral, membro do Bureau Político e Secretário Permanente do CC do Partido, que se encontra na Polónia, foi recebido na quin-

Reconstruir na guerra

«Qualquer país circunscrito economicamente à periferia do imperialismo tem uma de duas opções a fazer: manter-se nessa periferia, esperando inutilmente uma participação mínima no raio de distribuição do capital multinacional, ou enveredar pelo longo e penoso processo de construir uma ruptura com o imperialismo». A República Popular de Moçambique escolheu a segunda via.

No plano externo, pela multiplicação dos laços de cooperação económica-financeira e comercial com predominância para o estreitamento de relações com os países socialistas e por um apoio material consequente aos movimentos de libertação da África Austral, particularmente no que diz respeito à luta do povo zimbabueano. No plano interno, pela agudização consciente da crise capitalista, que em Moçambique teve a sua génese nos últimos anos do colonialismo devido ao avanço progressivo da luta armada de libertação nacional dirigida pela FRELIMO.

Assim escrevia o «Cadernos do Terceiro Mundo», num artigo consagrado aos três anos de independência de Moçambique e ao fazer um balanço dos avanços obtidos na luta pela edificação de uma sociedade nova no país recém-independente. É esta, de facto, a imagem que se apresenta de Moçambique, país situado na costa oriental da África, com uma extensão de 801 590 quilómetros quadrados e uma população de 12 500 milhões de habitantes, e que, conquistada a independência a 25 de Junho de 1975, depois de uma guerra popular vitoriosa de dez anos, enfrenta neste momento uma não menos difícil etapa da sua história.

Por um lado, a dura batalha pela reconstrução do país e eliminação das sequelas do colonialismo, por outro, fazer frente à sanha imperialista, simbolizada nos constantes agressões perpetradas pelos bandos inimigos apoiados por forças do regime racista de Rodésia, como consequência do apoio militante dispensado pela FRELIMO e pelo Governo da República Popular de Moçambique aos combaten-

tes da liberdade da África Austral.

CONSTRUIR UMA SOCIEDADE NOVA

As primeiras medidas adoptadas pelo Governo moçambicano prendem-se com a nacionalização dos sectores considerados fundamentais para um rápido desenvolvimento sócio-económico do jovem Estado. Por isso, foram nacionalizadas a saúde, a advocacia, as empresas funerárias e a educação. A terra era entregue ao povo e os prédios de rendimento, outrora propriedade exclusiva dos colonialistas e da pequena burguesia moçambicana passaram também para as posses do Estado.

O país transforma-se, num curto espaço de tempo, num campo interminável de projectos. Factos representativos dessa nova realidade são os grupos dinamizadores lançados logo após a tomada de posse do Governo de transição em Setembro de 1974; são os conselhos de produção nas fábricas; os conselhos de controlo da produtividade no aparelho de Estado; os conselhos de base nos diversos sectores de actividade; as Assembleias do Povo, as Milícias Populares, os Grupos de



Rovuma ao Maputo, era chamado a participar num processo eleitoral, «um passo em frente na consolidação do poder da classe operária». Tratava-se, nas palavras do líder do Povo moçambicano, Presidente Samora Machel, de «construir uma sociedade nova, construindo-a». Ou, por outras palavras, de «auto-educação do povo pela prática quotidiana

edificação de uma economia independente e a implantação de uma sociedade nova sem exploradores nem explorados, a FRELIMO e o Governo de Moçambique não descurou os princípios de solidariedade para com os povos em luta, que aliás sempre foi a linha mestra do seu programa de acção. Contudo, o valente povo da Pátria de Mon-

ções indefesas, cujos velhos, mulheres e crianças constituem as principais vítimas da sanha imperialista, que arma e apoia os bandos armados que desestabilizam a situação naquele jovem país, desviando deste modo o seu povo do caminho traçado pela FRELIMO na construção da Nação próspera para todo o moçambicano.

princípio do Partido FRELIMO, a materialização consequente do espírito internacionalista que, desde sempre, caracterizou a luta do povo moçambicano». Por seu turno, o responsável de uma das cidades vítimas dessas agressões declarou aos jornalistas: «Estamos determinados a continuar com os trabalhos. De cada vez que o inimigo ataca, ganhamos experiência. O serviço não pára nas repartições e nas empresas. É assim, que enfrentamos o inimigo. Haja o que houver, estamos certos que venceremos».

É esta, pois, a situação que vive Moçambique, numa altura em que, não obstante a conjuntura económica internacional e a instabilidade política que afecta a região, o continente e a humanidade em geral, o povo moçambicano está mais do que nunca disposto a enfrentar o presente com a mesma coragem e determinação com que o fez no passado recente contra o colonialismo. De congresso em congresso, de assembleia em assembleia, de remodelações em remodelações, a FRELIMO e o Governo moçambicano vêm lançando as sementes que germinarão, num futuro não muito distante, numa Nação socialista, onde cada moçambicano terá os seus direitos defendidos e o mínimo indispensável a uma vida digna e onde jamais será sujeito à exploração e humilhação.

A via do socialismo

O Terceiro Congresso da FRELIMO, realizado de 3 a 7 de Fevereiro, decidiu a criação de um Partido marxista-leninista, proclamando a classe operária como classe dirigente e o campesinato como seu aliado fundamental. «Trata-se da primeira expressão organizada da grande escalada de levar as massas trabalhadoras a compreenderem a sua própria história».

A década de 1980/1990, como acentuou o Presidente Samora Machel, será marcada pela transformação radical do país. Assim, quando se comemorar o décimo quinto aniversário da independência de Moçambique, o país terá que «estar em desenvolvimento para o socialismo avançado». O que implica, logicamente gigantescos esforços em diferentes sectores directa ou indirectamente relacionados com a produção.

Na agricultura, deverá estar concluído o processo de cooperativização do sector familiar, a urbanização, a socialização e parte da mecanização. Completando-se igualmente a implantação de aldeias comunais, unidades estruturadas segundo os princípios de produção e propriedade socialistas. Por outro lado,

Vigilância, a Organização da Mulher Moçambicana, a Organização da Juventude Moçambicana, a Organização Nacional de Jornalistas e a formação de células do Partido.

Apenas dois anos depois do 25 de Junho, o povo, todo o povo, do

da gestão política e administrava dos mecanismos que compõem a organização de uma sociedade».

O ELEVADO PREÇO DA SOLIDARIEDADE

Ao mesmo tempo que lançava as bases para a

prevê-se a construção de numerosas barragens voltadas para o regadio e electrificação. No tocante a este ponto, a gigantesca represa de Cabora Bassa deverá estar em condições de alimentar em energia o centro-norte e a parte sul do país. Outros projectos relacionados com a agricultura referem-se à edificação da indústria química.

No sector energético, propõe-se o Governo fazer um levantamento dos jazigos de carvão localizados na Província de Tete e Niasa e dos depósitos de hidrocarburetos conhecidos. Igual estudo será realizado em relação às reservas de zinco, cobre, bauxite e de pedras raras. Em suma, levantamento cartográfico e inventariação dos recursos do solo e do subsolo são projectos inadiáveis, uma vez que dentro do plano geral de desenvolvimento, o Governo quer saber quais os empréstimos que devem ser contraídos e como pagá-los.

Aparentemente, trata-se de uma questão simples, para não dizer óbvia. No caso de Moçambique, porém, trata-se de reafirmar a opção de lograr o desenvolvimento sem sacrificar a independência nas mesas de conversações.

planejaria pagar caro este exemplo raro de internacionalismo consequente em relação aos nossos irmãos de arma em luta pela sua independência e soberania.

Agressões frequentes e com carácter meramente genocida são perpetradas contra popula-

O Presidente Samora Machel, referindo-se a este aspecto, afirmou: «A posição do Partido FRELIMO não é motivado apenas pelo facto do Zimbabué e da Namíbia se situarem geograficamente na nossa região. Esta nossa posição é uma questão de

Produzir na guerra é uma tarefa bem difícil

Nino Apoiamo

Permitam-me, que no momento solene da abertura deste nosso Encontro, relembro Amílcar Cabral, Eduardo Mondelane, Agostinho Neto e tantos outros anónimos combatentes — que através dos seus sacrifícios pela nossa causa comum, foram os percussores desta nossa unidade — pedindo, a todos os presentes, que me acompanhem num minuto de silêncio à sua memória.

- Camarada Presidente Eduardo dos Santos, da República Popular de Angola,
- Camarada Presidente Aristides Pereira, da República de Cabo Verde,
- Camarada Presidente Samora Machel, da República Popular de Moçambique,
- Camarada Presidente Pinto da Costa, da República Democrática de S. Tomé e Príncipe,
- Camaradas ministros e membros das delegações,
- Suas Excelências, Senhores embaixadores e Membros do corpo diplomático,
- Camaradas e amigos,

A solenidade deste instante não me impede de expressar todo o calor e amizade, que em nome do povo da Guiné-Bissau, gostaria de vos transmitir, o acolhimento que vos reservaremos estará, esperamos, à altura do profundo relacionamento que a nossa história comum não cessa de provocar.

A alegria de termos entre nós figuras tão marcantes da actualidade africana, reforça-se com a satisfação de nos sentirmos entre companheiros, que nas outras frentes do nosso mosaico político comum, que são Angola, Cabo Verde, Moçambique e S. Tomé e Príncipe, esforçam-se por consolidar um ideal de liberdade e justiça.

As personalidades políticas proeminentes que são os camaradas Presidentes Eduardo dos Santos, Aristides Pereira, Samora Machel e Pinto da Costa, conseguiram transcender a projecção internacional, que à priori, estaria consignada aos seus povos. Povos esses que, conjuntamente com a Guiné-Bissau, inspiram no plano internacional, o respeito devido a uma frente comum.

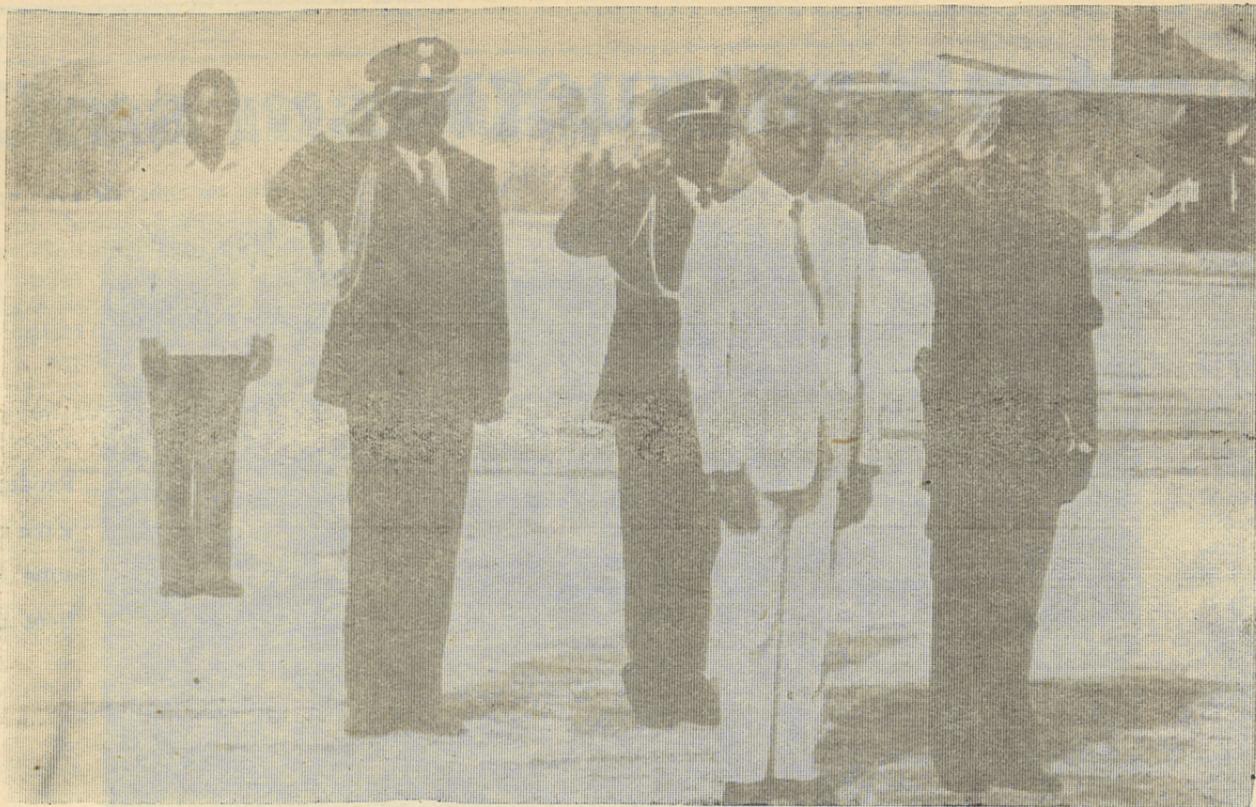
O nosso povo, com dedicação e empenho, lançou-se nas tarefas preparatórias deste evento e, estamos certos, tudo fará para que todos se sintam rodeados do ambiente mais propício ao desenrolar dos nossos trabalhos.

A vossa presença entre nós, projecta-nos para o passado recente, em que, juntos e de armas na mão lutávamos para a libertação das nossas pátrias dominadas pelo colonialismo, retemos a imagem dos guerrilheiros que irmanados, souberam vencer longas distâncias geográficas para compartilhar o mesmo destino e combater na mesma trincheira. Não só porque combatemos o mesmo inimigo mas, fundamentalmente, por perspectivarmos o mesmo tipo de sociedade.

Aristides

É com profunda satisfação que nos encontramos hoje em Bissau, na terra heróica do povo irmão guineense para, uma vez mais, no quadro desta IV Conferência Cimeira, trocar experiências e trabalhar para a consolidação dos laços que unem os nossos povos, dinamizando acções concretas que tornem mais solidária a nossa convivência enquanto Nações soberanas guiadas pelos ideais de paz, justiça e progresso, e herdeiras de um passado comum de luta por esses mesmos ideais.

Há duas décadas, o desencadeamento das nossas gloriosas lutas de libertação nacional marcou o início da mais exaltante e significativa etapa na história dos nossos povos, feita de sacrifícios responsabilmente assumidos, de coragem e clara visão dos objectivos a atingir, o processo político-armado em que juntamente nos empenhámos, iria culminar com a independência dos cinco países, o surgimento dos seus Estados soberanos e a recuperação irreversível, pelos seus povos, da sua dignidade. Para tanto, muitos foram os companheiros que ficaram pelo caminho, cimentando com o seu sangue os alicerces das pátrias que hoje construímos para as gerações vindouras.



Aspecto das chegadas dos Presidentes ao Aeroporto Internacional de Bissalanca

Vieira na IV Cimeira de Chefes de Estado

S as causas da libertação

de a construir nas nossas terras, após a aurora libertadora.

Quiz o acaso, que o nosso país tivesse a honra de acolher esta IV Conferência no ano em que o nosso heróico povo assinalou dois acontecimentos marcantes na História da nossa Luta:

O 10.º aniversário do bárbaro assassinato de Amílcar Cabral, fundador e líder do Partido que nos conduziu à independência, e o 10.º aniversário da proclamação do nosso Estado. Por outro lado, a celebração do terceiro aniversário do Movimento Reajustador do 14 de Novembro veio imprimir uma nova dimensão a estes acontecimentos, todos eles marcantes, para o período em que vivemos.

Esta IV Conferência, realiza-se, num momento alto da nossa vivência nacional, momento que é também marcado por uma conjuntura internacional que se deteriora em todos os aspectos.

Os primeiros passos, que ao fim de longos anos de dominação colonial, tentamos encetar na construção de uma vida melhor para os nossos povos, tornam-se extremamente difíceis devido aos efeitos nefastos da crise internacional que atingem os nossos países, efeitos estes já amplificados pela deterioração dos termos de troca que caracteriza a actual ordem económica. A luta por uma nova ordem económica internacional exige a mobilização dos esforços conjuntos de todos, já que a continuação da ordem actual, que necessariamente terá incidências altamente negativas essencialmente sobre os países do terceiro mundo, constitui seguramente uma ameaça terrível para o futuro da humanidade.

SITUAÇÃO POLÍTICA INTERNACIONAL INQUIETANTE

É com apreensão que registamos o aparecimento de novos focos de tensão, e o agravamento dos já existentes, fazendo-nos pressentir que a paz mundial encontra ameaçada como raramente o esteve na evolução da humanidade.

Os sistemas políticos retrógrados que ainda oprimem os povos, conseguem sobreviver à custa de importantes apoios, chegando ao ponto de ameaçar a soberania dos que defendem a justa causa dos movimentos de libertação. No nosso continente, os interesses que nos são estranhos tentam perpetuar através de novas formas, a exploração, velha de séculos. Este facto, aliando-se às calamidades naturais e outros factores incontornáveis, põem à prova a determinação do homem africano em querer marcar esta segunda metade do século XX como o da sua reafirmação.

Porém, a análise da situação conjuntural que vivemos, não nos assusta. Antes nos lembra o dia de ontem, quando, ao iniciar a luta contra o inimigo colonialista, só dispunhamos de poucos meios de acção.

Mas já nessa altura possuíamos as mais importantes das armas com que podíamos contar: o engajamento dos nossos povos e a justeza da causa pela qual lutávamos. Foi esta a base de confiança com que encaramos o futuro. Essa é uma das razões que nos leva a depositar a mesma confiança nos resultados deste fórum, porque esse é o verdadeiro cimento da nossa unidade.

Todos estarão de acordo connosco, se dissermos que, o nosso encontro, como sempre tem sido, ultrapassa o quadro das negociações entre um grupo de Estados independentes, para se converter numa reunião de Combatentes da Liberdade que, procuram, através de um debate franco e aberto, a conjugação de esforços em benefício da criação do bem-estar para os seus povos. Foi o caminho que nos levou ao êxito na Luta de Libertação Nacional. O futuro não deixará de mostrar que é o justo caminho para a reconstrução dos nossos países, o que resume magistralmente o conceituado por Amílcar Cabral, segundo o qual é preciso lutar para poder unir, unir para poder lutar melhor.

A nossa III Conferência, na cidade da Praia, adoptou uma série de medidas para implementar o estreitamento das nossas relações em diversos domínios. Teremos ocasião de fazer um balanço do cumprimento dessas resoluções, bem como perspectivar a sua continuidade. Os anos de independência ensinaram-nos a adaptar a nossa experiência de dirigentes da guerrilha às exigências da reconstrução de Estados modernos, e isso reflecte-se claramente nos progressos que entretanto alcançamos, nos métodos de trabalho e no traçar das linhas de acção. Esperamos que, agora em Bissau, se consiga dar novos passos com a adopção de outras medidas que permitam a concretização dos objectivos delineados, bem como, lançar novas propostas para outras acções a desenvolver no futuro.

REFLEXÃO E COLABORAÇÃO UNIFICADAS

A realização do nosso desenvolvimento económico está estreitamente associada à existência de uma estabilidade interna.

Este facto nos conduz a lamentar uma vez mais, que os nossos camaradas e irmãos de Angola e Moçambique, continuam a ser vítimas de acções armadas de destabilização, por parte do regime racista de África do Sul. Sentimos essas agressões como sendo perpetradas contra o nosso próprio país, provocando-nos um sentimento de revolta.

Neste contexto, não podemos admitir, que, se associe a independência da Namíbia à retirada das forças internacionalistas cubanas, numa manifestação de desrespeito pela vontade soberana do Estado angolano. Com igual vigor condenamos os actos de sabotagem e terrorismo que os representantes do apartheid levam

a cabo, através de grupos fantoches, ao serviço de interesses estranhos à África.

As vanguardas revolucionárias de Angola e Moçambique projectam para o presente, o fervor que as caracterizam na defesa intransigente dos seus povos durante o passado recente. Assim, o MPLA — Partido de Trabalho e o Partido Frelimo são por si só, um motivo de insegurança para a própria base de existência do regime racista de Pretória. Queremos exprimir a nossa solidariedade militante para com os povos irmãos de Angola e Moçambique, esperando também que a razão da humanidade possa travar as barbaridades dos representantes do apartheid.

Não podemos deixar de associar aos factos enumerados, o apoio que os povos angolano e moçambicano dão aos Movimentos de Libertação da África do Sul e da Namíbia: o ANC e a SWAPO que nunca deixaram de contar com Angola, Moçambique e os outros Países da Linha da Frente como rectaguardas seguras para a sua luta.

Esta posição assumida pelos nossos camaradas de luta enquadra-se perfeitamente nos princípios que sempre defendemos de apoio aos Movimentos de Libertação em luta e de uma contribuição positiva para o reforço da causa da unidade africana que a situação actual vivida pela OUA nos conduz a continuar com firmeza.

Aproveitando o ensejo, queremos reafirmar o nosso apoio às causas de Libertação no Mundo, e, particularmente, a nossa solidariedade indefectível para com os povos de Timor-Leste, Namíbia, África do Sul, Sahara e Palestina, bem como para com as suas vanguardas revolucionárias que são a FRETILIN, SWAPO, ANC, Frente Polisário e a OLP, respectivamente

Camaradas Presidentes,

Camaradas e Amigos,

É chegado o instante de nos congratularmos com o que será mais um momento de reflexão e colaboração unificadas. O facto de tal acontecimento se produzir no nosso país é para nós motivo de orgulho. Não podemos, no entanto, deixar de referir as carências de que actualmente sofremos. O nosso país vive uma situação económica difícil, que pauta a nossa recenção por uma modéstia que não traduz a dimensão da nossa vontade.

Queiram sentir-se todos, como se nos vossos países estivessem: seria a forma de considerarmos os nossos esforços coroados de sucessos.

Camaradas,

A Guiné-Bissau tem a honra de vos acolher na Pátria de Cabral.

Pereira: Prosseguir a caminhada comum

Neste instante não posso deixar de lembrar com carinho todos aqueles com os quais partilhámos os mesmos momentos de dor, as mesmas esperanças, as mesmas certezas no futuro. E, reunindo-nos em Bissau, ser-nos-á permitido evocar em primeiro lugar aquele cujo pensamento genial continua sendo tão precioso para os povos da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, na análise correcta dos fenómenos da nova etapa do processo da luta e na busca das vias para ultrapassar os obstáculos que possam surgir na caminhada.

Na terra que o viu nascer e em que repousam os restos mortais de Amílcar Cabral, é também grato para nós lembrar os grandes dirigentes da nossa luta num que foram os saudosos camaradas Eduardo Pondlane e Agostinho Neto, os quais, com o rico exemplo da sua vida e da sua obra, nos legaram uma herança fecunda de inspiração e força para prosseguir juntos o combate para a defesa dos interesses legítimos dos nossos povos.

Mas queria, antes de mais, exprimir-lhe, camarada Presidente, em nome dos meus colegas de An-

gola, Moçambique e São Tomé e Príncipe e em meu nome próprio, os mais vivos agradecimentos pelas palavras calorosas de fraternidade e solidariedade que acaba de proferir e que são mais uma manifestação do nosso sentir comum. Queria igualmente manifestar a nossa satisfação e reconhecimento pelo acolhimento fraterno que nos foi reservado, assim como pelas condições materiais criadas para que os trabalhos desta IV Conferência Cimeira possam ser frutuosos e a nossa estadia mais agradável.

UNIDADE DE ACÇÃO E DEFESA DE INTERESSES COMUNS

Camarada Presidente,

Reunimo-nos num momento em que as tensões no mundo se agravaram perigosamente, arrastando consigo a deterioração acelerada das relações entre as nações e ameaçando gravemente a paz e a segurança internacionais.

A recrudescência da corrida aos armamentos, nomeadamente os nucleares, aumenta o perigo de

confrontação entre as grandes potências e os conflitos que ensanguentam e arruinam várias regiões do planeta persistem e multiplicam-se devido a intervenções exteriores e à tendência cada vez mais acentuada para privilegiar a força em detrimento do diálogo e das soluções negociadas.

Paralelamente, assiste-se ao aprofundamento da crise do sistema económico que rege o mundo, devido à protelação sistemática do reatamento de negociações globais com vista à instauração de uma Nova Ordem Económica Internacional, a qual se torna doravante urgente e inadiável.

Frente a essa situação e mais do que nunca, temos a clara consciência de que o caminho que escolhemos — o da unidade de acção, de defesa conjunta dos nossos interesses próprios e colectivos e da construção coordenada e progressiva de um relacionamento solidário com base numa cooperação sólida e pragmática — permitir-nos-á defender melhor os direitos dos nossos povos a viver em paz e na dignidade, e à

(Continua na página 8)

Uma marcha difícil para o progresso

Duas ilhas situadas no meio do Oceano Atlântico, no Golfo da Guiné, a República Democrática de S. Tomé e Príncipe. Sujeita durante séculos à exploração dos colonialistas portugueses, proclamou a Independência a 12 de Julho de 1975, passando assim a constituir mais um Estado africano soberano.

O país ensaia os seus passos para a reconstrução nacional que começa do zero. As riquezas naturais do arquipélago consistem, sobretudo, a parte vegetal, consequência das condições climáticas e hidrológicas francamente favoráveis.

A agricultura é a principal actividade da população e foi, desde sempre, o motivo da colonização. As grandes roças todas com frente para o mar ocuparam a maior parte da ilha na cultura do cacau e café, principalmente, ficando-a para os naturais, nos últimos anos, apenas sete por cento do território, na região nordeste, em situação totalmente marginalizada em relação às grandes propriedades agrícolas.

Na agricultura, a herança deixada foi a falta de equipamento ou equipamento reduzido, falta de quadros. O colonialis-

mo nunca permitiu uma promoção técnica e cultural dos trabalhadores.

O panorama industrial caracterizou-se nos primeiros anos de independência pelo abandono e absentismo dos proprietários o que provocou a intervenção do Estado, dando lugar a que se formassem empresas industriais estatais, mistas e privadas.

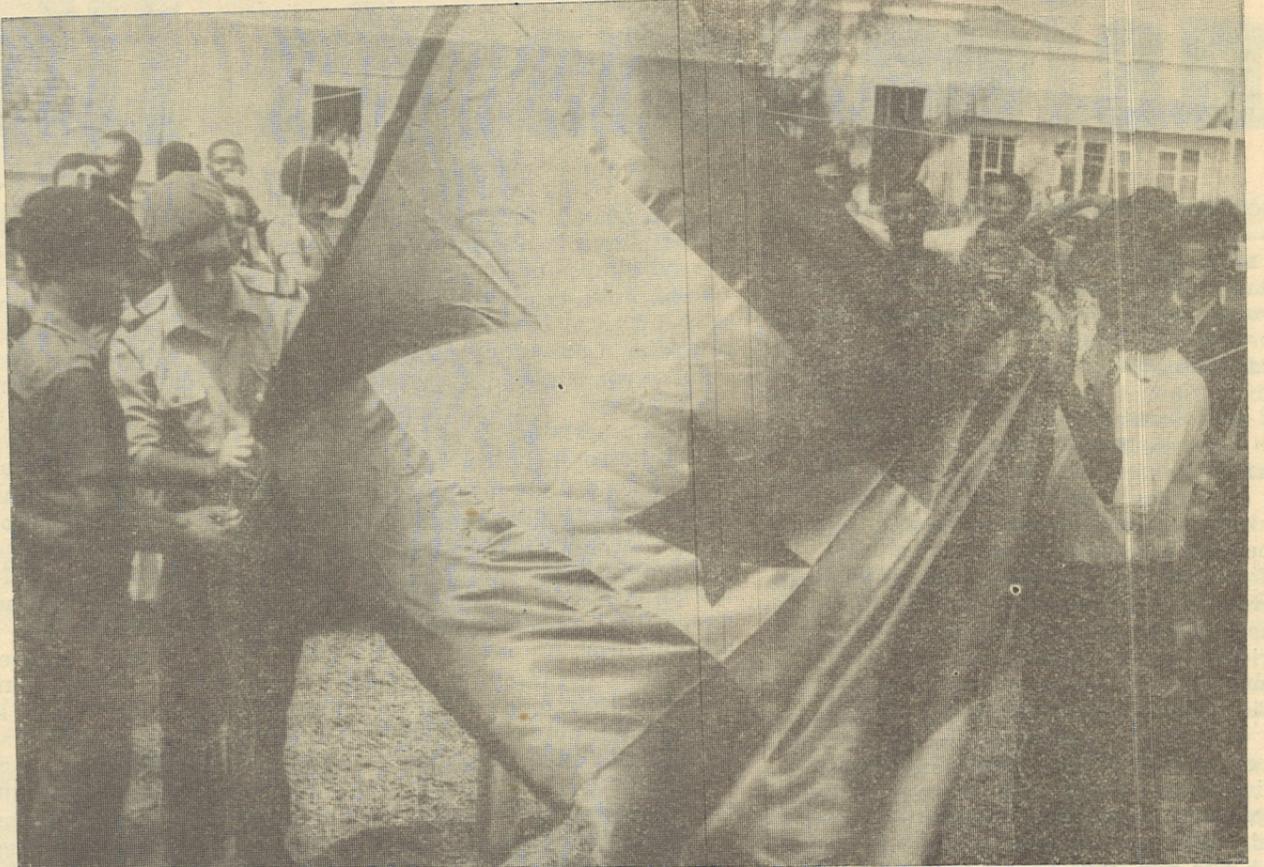
No que se refere ao artesanato, os proprietários das oficinas que viviam no estrangeiro foram substituídos nos cargos de direcção.

A estrutura da actividade pesqueira tradicional mantém-se e foram também criadas duas empresas, uma estatal e outra com participação do Estado.

Foi feita uma reestruturação do aparelho burocrático e os ministérios surgiram, de uma forma geral da união de serviços autónomos mais ou menos afins.

A estrutura social era uma massa em movimento em que fenómenos de carácter psicológico derivados da formação colonial ou de discriminação e injustiça social desempenham um papel preponderante.

A colónia dividia-se para efeitos administrativos em dois concelhos,



constituídos por vilas do mesmo nome ou ilhotas adjacentes, tendo as suas respectivas sedes nas cidades de S. Tomé e Santo António.

O poder central não tinha um controlo administrativo total pois os limites administrativos não tomavam em consideração os limites das

grandes roças que eram Estados dentro de outro Estado.

O MLSTP, que tem como suas tarefas prioritárias a formação das organizações de massas, criou a organização das mulheres (OMSTP), a organização da juventude (JMLSTP), a organização dos pioneiros

(OPSTP) e uma comissão sindical que está a trabalhar com o fim de criar a organização nacional dos trabalhadores.

Foram criadas milícias populares que constituem um auxiliar das forças armadas revolucionárias e de segurança na defesa do país.

A política externa do MLSTP é a expressão da luta do povo pela conquista da verdadeira independência e orienta-se no sentido de estreitar cada vez mais as relações com os países que têm como objectivo uma aliança anti-imperialista pela liberdade, o progresso dos povos e pela paz no mundo.

Timor Leste — A resistênciã de um povo

A 28 de Novembro comemorou-se o 8.º aniversário da proclamação pela FRETILIN da República Democrática de Timor Leste.

Território de 18 899 quilómetros quadrados, situado entre a Austrália e Indonésia, foi colónia portuguesa até 25 de Abril de 1974, data que marcou o início da descolonização, um processo que não atingiu este país, mas que agora foi colocado com vigor na ONU.

Em 24 de Outubro último, os representantes de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe junto das Nações Unidas, entregaram uma carta ao Secretário-Geral Perez de Cueller contendo diversos documentos ilustrativos da agressão Indonésia e da actual ofensiva contra o povo maubere.

Timor Leste, país independente, foi invadido pelas forças da Indonésia, que através da força

das armas pretendeu silenciar as aspirações de um povo que nunca deu tréguas à potência colonizadora. Das guerras de resistênciã de 1719 em Cová, Contubaba e Covalima, 1895 em Manu Fahi, à revolta popular de 1959 afogada em sangue, o povo maubere resistiu sempre à presença estrangeira.

Não houve uma Luta Armada de Libertação Nacional como aconteceu no nosso país, Angola e Moçambique. É um facto. Mas foram

tantos os comportamentos de heroicidade e recusas ao colonialismo, que não constituiu surpresa nos meios políticos quando a FRETILIN surge a reivindicar a independência total e incondicional de Timor Leste.

Outros grupos lançados na cena política: UDT, que defendia a confederação com Portugal e APODETI pela integração da Indonésia, rapidamente perderam expressão por falta de identidade com o povo.

É a FRETILIN, que reivindica e proclama a independência e é ela que, ao cabo de oito anos resiste à invasão da Indonésia, que pretende transformar Timor Leste na sua 27.ª província.

A invasão começou um mês após a proclamação da independência, quando milhares de soldados indonésios invadiram por terra, mar e ar a Pátria Maubere.

Desde então, tem sido horrível e atroz a presença dos militares da Indonésia. As forças de ocupação não escolhem as vítimas. Vários depoi-

mentos já recolhidos, ilustram casos de atrocidade.

Sobre a morte de cinco jornalistas Australianos ocorrida nas primeiras horas da invasão, conta uma testemunha: «da última vez que foram vistos, os jornalistas filmavam a entrada dos invasores em Balibó». «Ali, sitiados pelos soldados, em vão gritaram Austrália, Austrália, apontando para o desenho da bandeira Australiana». Sob a mira, rapidamente foram executados.

Rod Nordland, prémio Pulitzer, conseguiu visitar Timor e conta: «existem milhares de prisioneiros políticos. Muitos dos entrevistados mostraram receio em falar, mas alguns fizeram-no e pediram ao mundo para ajudar o povo de Timor». Ainda segundo Nordland, muitos dos entrevistados foram conduzidos ao quartel general, serviços secretos militares e interrogados durante horas acerca do que tinham dito.

Desesperados pela resistênciã tenaz das forças patrióticas o General

Suharto organizou recentemente uma nova ofensiva. Cinquenta mil soldados, com a cobertura da Força Aérea e da Marinha de guerra atacaram as FALINTIL, braço armado da FRETILIN. No entretanto, só conseguiram provocar vítimas no seio da população civil.

Por outro lado é bom realçar que não obstante a guerra, nas zonas controladas pelos patriotas a produção agrícola tem vindo a aumentar acentuadamente, sendo já superior ao período colonial.

Abílio Araújo, responsável pela FRETILIN no exterior, declarava há poucos dias a um jornal português: «em 1983 estamos em melhores condições que em 1978. Há uma melhor preparação das FALINTIL, as condições objectivas são diferentes e há uma direcção política coesa e experimentada. E em Novembro começou a época das chuvas que vai até Junho. As tropas Indonésias ficarão bloqueadas. Vamos conseguir conter a ofensiva Indonésia».



A imagem documenta o resultado da invasão da Indonésia

Congresso do PCE

O Secretário-Geral do Partido Comunista Espanhol, Geraldo Iglesias e o dirigente Santiago Carrilho, foram unânimes em considerar na quarta-feira, que a unidade é fundamental para o Partido Comunista Espanhol. Para além dos ataques à política do Governo socialista espanhol, Iglesias destacou, no relatório apresentado ao Congresso, o carácter integrador da nova direcção partidária e que, o que importa, é a unidade do PCE.

Carrilho, ex-secretário-geral, que lidera um sector que se opõem a Iglesias, referiu que neste congresso não haverá unanimidade, mas sim unidade e criticou o relatório do actual Secretário-Geral do Partido Comunista Espanhol por ser uma crítica maniqueísta do período anterior, superficial e pouco séria. A leitura do documento por Geraldo Iglesias foi aplaudida por metade dos delegados ao Congresso, enquanto outra metade permaneceu imóvel, nos respectivos lugares. O Secretário-Geral fez uma auto-crítica dos erros dos últimos anos e defendeu a recuperação do PCE através da correcção desses erros.

Palestina: Arafat pede garantias antes de abandonar Tripoli

O governo grego obteve as garantias necessárias, para a evacuação dos lealistas palestinos cercados em Tripoli, (Norte do Líbano) a bordo de navios gregos, soube-se oficialmente na passada quinta-feira em Atenas.

O porta-voz governamental acrescentou que cinco «ferry-boats» gregos participarão na operação e seguiriam sexta-feira de manhã para Tripoli.

A mesma fonte não precisou a natureza das garantias obtidas pela Grécia, e nem de que país provinham.

Indicou, simplesmente, que o governo grego esteve em contacto, a esse respeito, com os Estados Unidos, a França, a Itália, a Grã-Bretanha (os quatro países membros da força multinacional), bem como Israel, a Síria e o Líbano.

DECLARAÇÕES DE ARAFAT

Entretanto, o dirigente da Organização de Libertação da Palestina, Yasser Arafat, declarou ao semanário Alemão Federal Stern, que o ex-ministro da defesa israelita Ariel Sharon, exigiu que não o deixassem sair com vida de Tripoli.

«Israel quer obter» o que não conseguiu em 1982, em Beirute: «aniquilar a OLP» — afirmou. Arafat afirmou que não abandonará Tripoli até ser garantida a segurança dos 120 mil palestinos que ali vivem.

Interrogado sobre quem poderá garantir essa segurança, explicou que os sírios deram «a palavra de honra» assim como um comité coordenador libanês sobre esta questão.

O líder da OLP totalizou em três ou quatro mil, o número de milítantes da Organização que abandonaria Tripoli, devendo ser-lhes permitido sair com as suas armas.

Referindo-se ao dissidente do «Al Fatah», Abu Mussa, que qualifica de «fantoche» da Síria, afirmou que não há guerra civil entre palestinos.

«O que são 50 homens de Abu Mussa — pergunta — em função de duas divisões sírias e uma brigada líbia?»

No final da entrevista ao Stern, o líder da OLP denunciou o «tratamento» que os seus compatriotas sofrem no Líbano, onde lhes é vedado o exercício de 32 ofícios ou profissões; «é uma autêntica opressão» — concluiu.

Contribuição para o Banco Mundial

Alden Clausen, Presidente do Banco Mundial, lançou na passada quarta-feira um vigoroso apelo aos Estados Unidos para que aceite aumentar a sua contribuição à Associação Internacional para o Desenvolvimento da AID.

O orçamento 1984-1987 da AID — filial do Banco Mundial — consagrado aos empréstimos a longo termo aos países mais pobres, não pôde ser fixado aquando da reunião de Paris, pelo facto da decisão dos Estados Unidos em não passar 750 milhões de dólares de contribuição anual, o que limitaria em 9 bilhões de dó-

lares o orçamento da AID.

Os 32 outros países contribuintes da AID haviam mantido o seu apoio a um orçamento total de 12 bilhões de dólares. Os 33 países doadores deverão reunir-se novamente em Ja-

neiro próximo, em Washington.

Clausen sublinhou num comunicado, que após a sua criação em 1960, por iniciativa dos Estados Unidos, a AID obteve resultados remarcáveis na luta con-

tra o subdesenvolvimento. Segundo ele, as recentes declarações dos parlamentares americanos mostram que o Congresso está disposto a aceitar uma contribuição americana mais importante.

Torturas de presos no Chile

Cerca de 40 pessoas foram presas em Santiago do Chile quando a polícia dispersava uma manifestação em sinal de protesto contra a aplicação da tortura nesse país.

Os manifestantes, reunidos em duas ruas do quarteirão da Central

Nacional de Informações (CNI), polícia secreta do regime, acusavam-nos de terem torturado 339 pessoas no decurso dos dez primeiros meses deste ano. A polícia dispersou a multidão com gaz lacrimogéneo e outros meios.

Por outro lado, teria sido enviada uma carta ao Director da CNI, general Humberto Gordon, por cerca de 20 antigos detidos, que desmentem as suas recentes declarações, segundo as quais não há torturas no Chile.

Governo argentino demite 26 oficiais generais

O novo governo argentino, presidido por Raul Alfonsín iniciou as suas funções demitindo 26 oficiais generais, ao mesmo tempo que anunciava o congelamento de preços e o aumento de salários.

No domingo passado, o Presidente Raul Alfonsín nomeou Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas, o general de brigada Júlio Alfredo Fernandes Torres, que se encontrava no 27.º lugar na hierarquia militar. Esta decisão de Alfonsín implicou automaticamente a passagem à situação de reserva de 26 generais de divisão e de brigada. A confirmar-se a nomeação do general Jorge Arguindeguy para o cargo de Chefe de Estado-Maior do Exército, mais dois oficiais generais serão também passados de imediato à situação de reserva.

Ainda no âmbito militar o novo Presidente argentino pretende suprimir o cargo de Comandante-Chefe dos três ramos das Forças Armadas, substituindo-os por Chefes de Estado-Maior. Esta medida enquadra-se no projecto anunciado por Alfonsín de reestruturar as Forças

Armadas colocando-as sob a fiscalização do poder civil. Segundo a «France Press», aquela reestruturação e a alteração da competência de cargos de chefia poderá conduzir à passagem à reserva de dois terços dos generais e da quase totalidade do corpo de Almirantes. A política do novo presidente argentino em relação às forças armadas, baseia-se na substituição da chamada «doutrina de segurança» seguida pelo regime militar, pela da «defesa do Estado».

PREÇOS E SALÁRIOS

O ministro do Comércio, Ricardo Campero, anunciou que a generalidade dos preços foram congelados, enquanto o salário mínimo era aumentado para 140 dólares e todos os restantes salários aumentados em 50 dólares. Os aumentos salariais são acrescidos de 2,5 dólares para os trabalhadores casados e de 4 dólares para cada filho.

JUNTA MILITAR E TRIBUNAL

Entretanto, será proximamente aberta uma instrução judicial

por iniciativa das autoridades argentinas contra os responsáveis da primeira junta militar que tomou o poder na Argentina a 24 de Março de 1976, soube-se na passada terça-feira de fonte informada em Buenos Aires.

Esta decisão foi tomada por Raul Alfonsín na qualidade de Chefe das Forças Armadas Argentinas e em aplicação das disposições do Código de Justiça Militar argentino.

Três oficiais superiores, o general Jorge Videla (Exército), o almirante Emilio Massera (Marinha) e o general Orlando Ramón Agostin (Força Aérea), dirigiram a primeira junta militar, que tomou o poder após ter deposto Maria Estela Peron a 24 de Março de 1976. Cerca de 5 000 pessoas foram mortas e 30 000 outras desapareceram durante os quatro primeiros anos deste governo militar, de 1976 a 1979.

O Presidente Alfonsín, indica-se de fonte informada, decidiu que as acusações contra os três chefes militares serão examinadas e julgadas conforme as normas da justiça militar.

EMPRÉSTIMO

KAMPALA — O Uganda obteve recentemente junto do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), dois empréstimos que totalizam 35 milhões de Unidade de Conta — soube-se da fonte oficial em Kampala.

Estes empréstimos constituem a segunda linha de crédito concedida pelo BAD ao Uganda, após a de 10 milhões de Unidades de Conta concedida em 1980. O primeiro empréstimo no valor de 20 milhões é para o financiamento de pequenas e médias indústrias no Uganda — soube-se da fonte próxima do tesouro ugandês. O segundo empréstimo de (15 milhões), destina-se à realização de projectos de equipamentos hidráulicos nas pequenas comunidades urbanas — precisa-se da mesma fonte.

CIMEIRA

RIYADH — O Secretário-Geral da Liga Árabe — Chad'i Klibi — chegou a Riade na passada quarta-feira, para convocar uma Cimeira árabe. Numa declaração à Agência de Imprensa Saudita — SPA — Klibi disse que os países árabes estão convencidos da necessidade desta Cimeira, a fim de garantir a instauração da paz no Médio Oriente, conforme o Plano de Paz Árabe de Fez. Uma Cimeira Árabe deveria ter lugar na Arábia Saudita em Novembro passado, mas foi adiada a pedido de certos países Árabes.

SEGURANÇA

NAÇÕES UNIDAS — Argo'a decidiu pedir ao Conselho de Segurança das Nações Unidas para debater a questão relacionada com a presença Sul-Africana no seu território, (província de Cunene), soube-se na quarta-feira de fonte diplomática na ONU.

SOLIDARIEDADE

DAKAR — Os deputados da Assembleia Nacional senegalesa decidiram a pedido do chefe de Estado, Abdou Diouf conceder dois meses de seu ordenado a favor do mundo rural afectado pela seca.

IV Cimeira: Prosseguir a caminhada comum

(Continuação das Centrais)

prosseguir a marcha rumo ao desenvolvimento e à construção de sociedades justas e equitativas.

Camarada Presidente,

Da Cimeira da Praia à Cimeira de Bissau, alguns passos positivos foram dados no sentido de uma maior coesão entre os nossos países, tanto no plano político-diplomático como no institucional e da cooperação.

As importantes decisões emanadas da III Conferência deram lugar a debates e análises, aprofundados por parte dos nossos ministros aquando da primeira reunião da Comissão Ministerial que instituímos, que, em Mindelo, nos fins do mês de Julho passado, adoptou medidas concretas e linhas de acção, cujas repercussões benéficas se fazem já sentir a todos os níveis.

Com efeito, na reunião de Mindelo, a Comissão Ministerial estabeleceu regras de funcionamento, adoptando nomeadamente um regimento interno que constitui um documento fundamental para o bom andamento dessa estrutura e a materialização das decisões. A mesma reunião precisou as funções do Ministro Coordenador, cuja actividade catalizadora e dinamizadora irá contribuir grandemente para o aprofundamento das acções tanto ao nível bilateral como multilateral. Definiu-se ainda, dentro do quadro dos objectivos comuns que prosseguimos, o nosso método de agir no futuro para uma acção conjunta, melhor coordenada e assumida, responsabilizando-se cada um dos países através da criação de sub-comissões por áreas determinadas de cooperação e pela dinamização, de acções concretas e programadas a levar a cabo nesse âmbito.

Assim, criámos uma estrutura maleável e funcional que leva em conta as realidades do momento, em especial as capacidades disponíveis de realização, em termos de meios humanos e materiais. Estrutura, portanto que se espera eficaz e susceptível não só de viver como também de se consolidar e desenvolver de acordo com as solicitações da dinâmica da cooperação desencadeada.

No plano político-diplomático verificou-se uma concertação activa sobre as questões internacionais que nos preocupam e uma coordenação consequente de acções, o que vem sendo uma prática confirmada entre os nossos países nos diferentes foruns internacionais.

A nossa coesão ficou, sem dúvida, mais visível, como também a nossa coerência em relação aos princípios que sempre nos nortearam em política externa, nomeadamente nas questões fulcrais da defesa intransigente da soberania e integridade territorial da República Popular de Angola e da República Popular de Moçambique, do respeito do direito dos povos à autodeterminação e independência e da afirmação do seu direito de escolher livremente o seu rumo político e tipo de sociedade.

Tanto na 7.ª Cimeira do Movimento dos Países Não-Alinhados como na 19.ª Cimeira da OUA ou ainda na recente 38.ª sessão da Assembleia Geral da ONU, as nossas posições, de acordo com os princípios do não-alinhamento e de conformidade com os ideais inscritos nas cartas fundamentais dessas organizações internacionais, foram sempre ao encontro das legítimas aspirações dos povos, em particular dos que ainda se encontram sob o jugo do colonialismo,

do sionismo e do apartheid. Conjugámos também os nossos esforços na vasta frente de luta por uma nova ordem económica internacional.

DINAMIZAR PRESENÇA CONCERTADA NA ARENA INTERNACIONAL

Camarada Presidente,

A Comissão Ministerial, na sua segunda reunião que precedeu, aqui em Bissau, a presente Cimeira constatou o bom funcionamento das estruturas criadas, tirou conclusões dos trabalhos já realizados e das tarefas programadas a nível das sub-comissões. Pode ela agora apresentar à Conferência algumas propostas tendentes a adaptar melhor essas estruturas, reforçar os laços existentes entre os nossos povos e países e dinamizar a nossa presença concertada na arena internacional.

Camarada Presidente,

Sem ignorar que o tipo de relacionamento que criámos tem algo de particular e muito «nosso» devido aos laços de luta que nos uniram no passado aos objectivos comuns que hoje prosseguimos juntos, queremos todavia pensar que pode ele constituir um exemplo fecundo do quadro africano e do 3.º mundo em geral, em particular quando a procura de vias para uma cooperação Sul-Sul eficaz está na ordem do dia e cada vez mais premente e exigente se torna a sua implementação. De resto, a inserção em regiões diferentes e geograficamente afastadas do nosso continente, se pode apresentar alguma dificuldade nas relações de cooperação, virá a constituir, com persistência e os resultados positivos progressivamente obtidos, um elemento de fundamental importância estratégica nos intercâmbios inter-regionais e inter-comunitários em África, no quadro do plano de Lagos.

Não há dúvida que do sucesso das nossas iniciativas podem resultar experiências interessantes para o conjunto do continente, o que também vem sublinhar as pesadas responsabilidades que são doravante as nossas, não só perante os nossos povos, mas também no contexto africano.

Podemos dizer, desde já, que as reuniões que tiveram lugar tanto a nível da comissão ministerial como a nível das sub-comissões conduziram a resultados positivos e encorajadores. Essa circunstância feliz reforça em nós a certeza de que, no quadro das relações privilegiadas de solidariedade e de luta que caracterizam os cinco países e tendo em conta o espírito de compreensão mútua, verdadeira camaradagem e vontade política afirmada que presidem às nossas reuniões e encontros a todos os níveis, mais facilmente poderemos encontrar soluções duradouras aos problemas, e mais seguramente prosseguiremos a caminhada comum com vista à materialização dos objectivos finais. Por isso, é justo felicitar os nossos ministros e todos os camaradas, responsáveis e técnicos que contribuíram para os significativos e substanciais avanços que hoje constatamos.

Não queria terminar sem manifestar a todos vós, camaradas Presidentes e caros Irmãos, os nossos profundos agradecimentos pela confiança que depositaram em Cabo Verde e nos seus dirigentes, assim como pelo apoio constante e fraterna solicitude com que me brindaram ao longo do meu enriquecedor mandato e que me ajudaram nas pesadas e honrosas responsabilidades de que me incumbiram.

Boé: Dificuldades no sector do ensino

Boé enfrenta enormes dificuldades no domínio da educação, motivado pelo não funcionamento de três das nove escolas existentes, agravada ainda mais por parte de professores que não aceitam leccionar nesse sector, alegando que o mesmo está muito isolado, informou o delegado da Educação ao correspondente da ANG naquela localidade.

O sector de Boé contava no ano passado com cerca de 510 alunos, nove escolas primárias e 17 professores, que representa um número muito reduzido para a quantidade de alunos que aumentaram consideravelmente este ano.

TRÁFICO DE BENS

Entretanto encontra-se no Comando da Polícia e Ordem Pública de Gabú 10 carroças para trabalho agrícola e algumas peças sobressalentes, recuperadas pelas Forças Armadas Locais do sector de Pirada, concretamente na tabanca de Goleré.

Os referidos materiais destinavam-se a venda na República do Senegal segundo declarações do arguido de nome Braima Embaló. As peças e materiais detidos pela polícia, pertenciam a um indivíduo de nome Mamadú Siré Turé, residente em Bafatá no bairro de Ponta Nova.

Saliente-se que os dois arguidos encontram-se presos na polícia de Gabú aguardando o julgamento pela secção de investigação criminal.

Por outro lado a mesma fonte dá-nos conta de que se encontra preso na cidade de Gabú desde o passado dia 9 do mês em curso um indivíduo de nome Adulai Embalo de 26 anos de idade que transportava ilegalmente uma série de medicamentos com destino ao Senegal.

Actividades da Cruz Vermelha

Esteve recentemente em Quinhamel, sede da região de Biombo, uma delegação da Cruz Vermelha Nacional, chefiada pela camarada Maria Robalo Rocha, membro dessa instituição humanitária guineense.

Esta delegação, que procedeu à projecção de um filme, relacionado com as actividades da Cruz Vermelha realizou uma reunião de carácter informativo com toda a população da vila de Quinhamel, durante a qual foi explicada a valiosa vantagem e objectividade da progressão futura que a Cruz Vermelha irá desempenhar na região.

Por outro lado, foi criada pela Delegacia Regional da Cruz Vermelha da qual fazem parte os camaradas, Abílio Có, Presidente, e composta igualmente por mais quatro elementos ligados aos assuntos administrativos, de informação e propaganda, de documentação e assuntos sociais.

Simpósio sobre comunicações em Portugal

Decorre em Lisboa, desde o passado dia 14, o Simpósio sobre Comunicações e Desenvolvimento, com a participação de dele-

gações da Guiné-Bissau, Cabo Verde, Angola, Moçambique e S. Tomé e Príncipe

A fim de fazer o ponto da situação so-

bre as acções desenvolvidas no domínio da cooperação entre os respectivos países e perspectivar o seu desenvolvimento, de-

correu igualmente em Lisboa, um encontro entre aquelas delegações, as Secretarias de Estado portuguesas das Comunicações

e da Cooperação e das administrações dos Correios Telefones e Marconi.

Saliente-se que a Guiné-Bissau está re-

presentada no simpósio pelo camarada Mussa Djassi, Secretário de Estado dos Correios e Telecomunicações.

FICHA TÉCNICA - JORNAL «NO PINTCHA»: AV. DO BRASIL, C.P. 150 - BISSAU

DIRECTOR: António Soares; CHEFE DE REDACÇÃO EM EXERCÍCIO: João Quintino

REDACÇÃO: Aniceto Alves, António Tavares, Baltazar Beblano, Carolina Morgado, Cristóvão Mango, Fernando Jurga, José Tonelico, Pedro Assis, Sérgio Abiza. MAQUETAGEM: Cândida Camará, Justina Mendonça. FOTOGRAFIA: Agostinho Sá, Casimiro C.A., José Eduardo, Manuel Costa, Mário Gomes, Pedro Fernandes. SECRETARIA DA REDACÇÃO: Enríque Gomes, Ilda Miranda, Ivete Mendonça.